

Joana Colussi **INTERINA**  
joana.colussi@zerohora.com.br

## VAQUEJADAS PODERÃO AJUDAR PROVAS CAMPEIRAS



**A** mobilização em defesa da vaquejada, uma tradição cultural nordestina alvo de polêmica após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), poderá resultar na regulamentação de outras provas campeiras – como tiro de laço, paleteadas, rodeio crioulos e Freio de Ouro. Pressionados por mais de 6 mil pessoas em Brasília ontem, os deputados apresentaram uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que define essas práticas como expressão artística e cultural – transformando-as em modalidades esportivas. Comissão especial para analisar o tema será instalada nos próximos dias pela Câmara dos Deputados.

No início do mês, o STF julgou a vaquejada ilegal por entender que a prática seria crime ambiental devido aos maus tratos com os animais. Ativistas dos direitos dos animais denunciam que os animais sofrem fraturas e traumatismos. Na vaquejada, um bovino é solto em uma pista e dois vaqueiros montados a cavalo tentam derrubá-lo dentro de área estabelecida, puxando-os pelo rabo.

Não há dúvidas de que o assunto é polêmico. A expectativa é de que toda essa confusão sirva para criar uma regulamentação a modalidades equestres

importantes para a economia brasileira. Segundo o Ministério da Agricultura, o Brasil movimentou cerca de R\$ 5,8 bilhões por ano com esportes envolvendo cavalos. Desse valor, mais de 60% tem origem em provas campeiras com cavalos quarto de milho e crioulos.

– A indústria do cavalo é muito grande. Só a raça crioula gera cerca de 250 mil empregos no país – destaca Eduardo Suñe, presidente da Associação Brasileira de Criadores de Cavalos Crioulos (ABCCC), que neste mês criou uma comissão de bem-estar animal.

Hoje, competições equestres como Freio de Ouro e tiro de laço têm regramento interno estabelecido pela associação de raça. Mas isso não é regra. Muitas provas campeiras não têm nenhum regramento.

– É importante estabelecer regras mais amplas, que evitem práticas antidesportivas e valorizem o bem-estar animal – defende Cesar Augusto Hax, vice-presidente administrativo e financeiro da ABCCC.

Para investir em treinamento técnico, e valorizar o bem-estar animal, essas atividades precisam de um marco legal definitivo. Só assim poderão ser fiscalizadas e também cobradas.

## VACINA CONTRA A FEBRE AFTOSA

A segunda etapa da vacinação contra a febre aftosa no Rio Grande do Sul começa na próxima terça-feira, dia 1º de novembro. A campanha vai até 30 de novembro. No Estado, a aplicação da dose nesta fase é obrigatória apenas para animais com até 24 meses de idade, diferentemente de outros Estados que vacinam todo o rebanho nesta época.

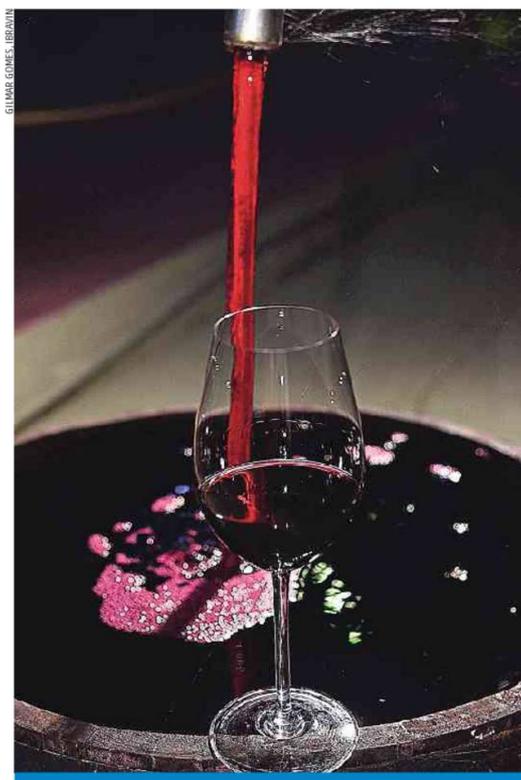
O Ministério da Agricultura alerta que o pecuarista deve estar atento a aspectos práticos da imunização, como cuidados com o transporte e armazenamento da vacina, para não perder a eficácia.

**Responsável por introduzir a nutrição funcional no Brasil em 1999, Gabriel de Carvalho é o convidado especial do Instituto Rio Grandense do Arroz (Irga) para participar do terceiro dia do 24º Congresso Brasileiro de Nutrição, que começa hoje, em Porto Alegre. O profissional falará sobre os benefícios do alimento à saúde.**

## NO RADAR

**INTERESSADOS em obter financiamento para compra de imóvel da Companhia Estadual de Silos e Armazéns (Cesa), em Caxias do Sul, deverão apresentar documentos ao BRDE até o próximo dia 31. Com lance mínimo de R\$ 22,7 milhões, o leilão será realizado em 16 de novembro, em Porto Alegre.**

**A COMPANHIA SUÍÇA DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS SYNGENTA INFORMOU QUE A APROVAÇÃO REGULATÓRIA PARA A SUA VENDA À ESTATAL CHEMCHINA FICARÁ PARA O INÍCIO DE 2017. SEGUNDO A COMPANHIA, AS AUTORIDADES EUROPEIAS ANTITRUSTE DESEJAM MAIS INFORMAÇÕES EM MEIO AO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO EM CURSO NO SETOR.**



A inclusão das vinícolas, cervejarias e produtores de cachaça artesanal no

Simples Nacional, aprovada por unanimidade pela Câmara no início do mês, deverá ser sancionada pelo presidente Michel Temer amanhã. A cerimônia de assinatura do projeto de lei complementar está previsto para às 11h, no Palácio do Planalto. Cerca de 90% das vinícolas gaúchas poderão ser beneficiadas.

Segundo o Instituto Brasileiro do Vinho (Ibravin), a inclusão do segmento poderá resultar na formalização de centenas de produtores de vinho artesanal, em 10 Estados brasileiros. De acordo com o diretor de Relações Institucionais da entidade, Carlos Paviani, o setor aguarda com otimismo a sanção presidencial para aumentar a competitividade do vinho brasileiro frente ao importado.

– Alguns países como

## VINÍCOLAS NO SIMPLES

Argentina e Espanha, por exemplo, já adotam sistemas semelhantes,

o que os ajuda muito na posição de principais exportadores de vinhos no mundo – destaca Paviani.

Hoje, a carga tributária brasileira ultrapassa metade do valor de uma garrafa de vinho, segundo a entidade. Além de incluir novos segmentos no regime, a atualização amplia o limite de faturamento de R\$ 3,6 milhões para R\$ 4,8 milhões e cria as Empresas Simples de Crédito para facilitar o acesso ao crédito para as micro e pequenas empresas (MPes).

Mesmo com oposição da Receita, pequenas cervejarias e produtores de cachaça artesanal também devem beneficiados. A informação foi confirmada pelo ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, ao deputado Jerônimo Goergen (PP-RS).

No Rio Grande do Sul e em Santa Catarina cerca de

**90%**

das vinícolas são consideradas micro e pequenas empresas.